

Centrais sindicais preparam dia de luta e mobilização

Data é uma oportunidade para lembrar as lutas históricas que garantiram diversos direitos trabalhistas e pressionar por avanços



No próximo 1º de maio, as centrais sindicais estarão nas ruas em todo o país para celebrar o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, uma data histórica de luta por direitos, justiça social e melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Este ano, as mobilizações terão como temas principais a defesa da democracia e dos direitos trabalhistas; redução da jornada de trabalho sem corte salarial; redução da taxa de juros; isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais; revogação das reformas Trabalhista e da Previdência; valorização do salário mínimo; justiça social e melhores condições de trabalho.

Luta histórica

O 1º de maio é um marco da resistência trabalhista. A data é uma oportunidade para lembrar as lutas históricas que garantiram conquistas como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o 13º salário, o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a licença-maternidade.

É também um dia para reforçar a unidade e a resistência da classe trabalhadora, além de pressionar por avanços em relação à agenda trabalhista.

Marcha da Classe Trabalhadora

Antes das atividades do 1º de Maio, as centrais sindicais convocam a Marcha da Classe Trabalhadora, marcada para 29 de abril, em Brasília.

A concentração será no Eixo Cultural Ibero-Americano (antiga Funarte), próximo à Torre de TV, a partir das 8h, com uma plenária para atualização da pauta de reivindicações.

Em seguida, os manifestantes seguirão em marcha

até a Esplanada dos Ministérios, onde entregarão simbolicamente as demandas aos parlamentares, ao Judiciário e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Participe! A luta por direitos nunca parou e a união da classe trabalhadora é essencial para garantir avanços. Acompanhe a programação do seu estado e junte-se a esta importante mobilização.

Fonte: Diap

CNTI participa de Reunião no CONAMA



Nesta quarta-feira (23/04) terminou a reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A CNTI participou com o representante dos trabalhadores urbanos, Eduardo Armond, membro da Diretoria e diretor do SITICOP-MG.

Foram dois dias de intensa discussão, que debateu o futuro do CONAMA, com a aprovação de uma proposta à Presidência da República para ampliação da representação do Conselho e para a reestruturação de seu funcionamento.

Aprovamos também uma resolução que orienta o licenciamento ambiental em empreendimentos de baixo impacto ambiental e moções importantes para o meio ambiente no Brasil.

A CNTI e a CONTAG consolidam-se como representantes dos trabalhadores urbanos e rurais no âmbito do sistema de meio ambiente, com aval da decisão do plenário do CONAMA. Atuamos em conjunto com organizações ambientalistas e sociais.

Agora, segue a participação na Conferência Nacional do Meio Ambiente. A luta continua!

Brasília-DF, 24 de abril de 2025

Idade mínima para se aposentar deve subir para 78 anos



Reprodução/Marcelo Carnaval/Agência Brasil

Um novo estudo do Banco Mundial acendeu o alerta sobre o futuro da Previdência Social no Brasil. Se nenhuma mudança for feita nas regras atuais, a idade mínima para se aposentar pode subir para 72 anos em 2040 e chegar a 78 anos em 2060. A projeção foi divulgada pelo jornal Valor Econômico e aponta a necessidade urgente de novos ajustes no sistema previdenciário do país.

A análise parte da tentativa de manter a chamada taxa de dependência — proporção entre idosos (65+) e a população economicamente ativa (20 a 64 anos) — nos mesmos níveis registrados em 2020, ano seguinte à reforma da Previdência. Com o envelhecimento acelerado da população e a queda na taxa de fecundidade, manter esse equilíbrio sem mudanças nas regras será praticamente impossível, segundo o estudo.

Reformas não foram suficientes para segurar o impacto demográfico

A reforma da Previdência de 2019 estabeleceu idades mínimas de 65 anos para homens e 62 para mulheres. No entanto, de acordo com o Banco Mundial, essas alterações não serão suficientes para enfrentar o impacto do envelhecimento populacional. Hoje, apenas 56,4% da população economicamente ativa contribui para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), o que fragiliza ainda mais o sistema.

O estudo enfatiza que não é mais viável compensar o envelhecimento apenas com aumentos da idade mínima. Entre as sugestões de medidas para evitar esse cenário extremo, estão:

- Aproximação das idades de aposentadoria entre homens e mulheres;
- Fim das diferenças entre trabalhadores urbanos e rurais;
- Revisão das regras para pensões por morte;
- Rediscussão de benefícios mínimos e contribuições especiais.
- Envelhecimento no Brasil ocorre em ritmo mais acelerado que na Europa

Outro dado preocupante do levantamento é a

velocidade com que o Brasil está envelhecendo. Enquanto países da Europa levaram cerca de 70 anos para dobrar sua taxa de dependência (de 15 para 30), a projeção para o Brasil é de que esse mesmo salto ocorra em apenas 23 anos. Isso significa que o país terá um tempo muito mais curto para ajustar suas políticas públicas e previdenciárias.

O Banco Mundial conclui que, se o país não agir com rapidez e profundidade, o sistema previdenciário poderá se tornar insustentável, forçando medidas extremas como o aumento da idade mínima para 78 anos — o que representa um desafio enorme para a população trabalhadora e para o próprio modelo de proteção social brasileiro.

Fonte: Diário do Comércio

Lula é candidato natural e favorito à Presidência em 2026, diz Alckmin

Ele ainda disse que está feliz com as tarefas que tem recebido de Lula tanto na vice como no ministério



O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o “candidato natural” à presidência em 2026 é o atual chefe do Executivo, Luiz Inácio Lula da Silva. Questionado se deve repetir a chapa com o petista no ano que vem, Alckmin disse que ainda é cedo para uma decisão, mas pontuou estar contente à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

“O candidato natural à Presidência da República é o presidente Lula. O candidato natural a prefeito na reeleição é o prefeito; a governador, é o governador, quando pode; a presidente, é o presidente”, disse Alckmin, em entrevista à rádio Itatiaia nesta quarta-feira, 23, citando que Lula também desponta como candidato favorito ao cargo em 2026.

E completou: “Em relação a chapa [com Lula em 2026], é cedo ainda, mas quero dizer que estou muito feliz fazendo o que estou fazendo. O presidente, além da vice-presidência, me deu oportunidade do MDIC, gosto de trabalhar e nosso país é fascinante.”

Na entrevista, Alckmin disse não ver “preocupação”

**Brasília-DF, 24 de abril de 2025**

com uma possível reversão da inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Ele era o presidente da República, estava no exercício do cargo gastou 3% do PIB para se reeleger e perdeu a eleição, imagina fora do governo", comentou o vice-presidente.

Fonte: Estadão Conteúdo

Ministro da Previdência diz que indicou presidente do INSS afastado

Em entrevista a jornalistas, Carlos Lupi diz que vai aguardar investigação. Alessandro Stefanutto foi afastado no contexto de uma investigação da PF sobre fraude de R\$ 6,3 bilhões.



O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, em entrevista coletiva a jornalistas nesta quarta-feira (23). Ton Molina/Fotoarena/Folhapress

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT), assumiu nesta quarta-feira (23) a responsabilidade pela nomeação de Alessandro Stefanutto para a presidência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Alessandro foi afastado do cargo após suspeitas de envolvimento em fraudes bilionárias investigadas pela Polícia Federal (PF).

"A indicação do Stefanutto é da minha inteira responsabilidade", declarou o ministro. Lupi também disse que o presidente do INSS é um servidor que, "até o presente momento, me tem dado todas as demonstrações de ser exemplar. Fez parte do grupo de transição. Vamos agora aguardar o processo, que corre sob segredo de Justiça".

A declaração do ministro Lupi foi feita em uma entrevista coletiva a jornalistas para explicar o caso. Também estavam na coletiva os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) e Vinícius Carvalho (Controladoria Geral da União) e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Stefanutto é filiado ao PSB, partido que também faz parte da base do governo Lula. Após a deflagração da operação da PF, porém, a legenda divulgou uma nota dizendo que não fez a indicação do nome dele para a presidência do INSS nem foi consultada no processo.

Lupi, responsável pela nomeação, licenciou-se do cargo de presidente nacional do PDT para assumir o cargo de ministro.

Perguntado sobre a possibilidade de demitir Stefanutto, Lupi disse que iria aguardar. "Não posso tomar nenhum tipo de decisão sem ter o final dessa investigação", explicou. "Todo mundo é inocente até que se prove o contrário".

Fonte: Congresso em Foco

VA e VR não são direitos indisponíveis e podem ser flexibilizados, diz TST

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o pagamento de valores diferentes de vale-alimentação (VA) e vale-refeição (VR) para comissionados e empregados, estabelecido em norma coletiva, é legal.



Reprodução

O colegiado rejeitou o recurso do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio Grande do Sul que pedia a equiparação dos valores pagos por meio de VA e VR por uma seguradora. Segundo os ministros, o benefício não é um direito indisponível e, portanto, é passível de flexibilização.

Na ação, o sindicato sustentou que, a partir de outubro de 2012, valores pagos de VA e VR passaram a ser diferentes entre ocupantes dos cargos de comissão (gerentes e supervisores da empresa) e os demais empregados, com aqueles recebendo em dobro o benefício. Para a Casa de Saúde, a conduta da empresa afrontou os princípios da igualdade e da isonomia.

Em contestação, a seguradora afirmou que o valor do benefício é definido pela jornada, e os trabalhadores com carga horária inferior a 180 horas mensais recebem metade, conforme previsto no acordo coletivo de trabalho.

O pedido foi julgado improcedente no primeiro grau e a sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).

Brasília-DF, 24 de abril de 2025

Benefício não é direito indisponível

Segundo o relator do recurso de revista do sindicato ao TST, ministro Breno Medeiros, salários diferentes com valores de auxílio-alimentação diferentes não caracterizam ofensa ao princípio da isonomia.

No caso, o pagamento diferenciado observa a carga horária dos trabalhadores em cargo de confiança, conforme estabelecido por meio de norma coletiva. Medeiros lembrou a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal que prevê a prevalência do negociado sobre o legislado, desde que não envolva direitos indisponíveis.

Nesse sentido, vale-alimentação e vale-refeição não são tratados na Constituição Federal como direitos indisponíveis, o que afasta a aplicação do princípio da isonomia, privilegiando a autonomia das partes.

O sindicato opôs embargos de declaração contra a decisão, ainda não analisados pela Corte. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Clique [aqui](#) para ver o acórdão

Processo 20460-39.2014.5.04.0015

Fonte: Consultor Jurídico

Haddad afirma que proposta do governo para isenção do IR é a "mais justa"

Ministro da Fazenda defende modelo do Executivo e diz que dará apoio técnico ao relator da proposta



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad
18/03/2025 (Foto: REUTERS/Adriano Machado)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a proposta do governo federal para compensar a isenção do Imposto de Renda (IR) a quem ganha até R\$ 5 mil. Segundo Haddad, a proposta apresentada pelo governo Lula (PT) é a mais justa. A declaração foi feita nesta quarta-feira (23), durante o evento "CNN Talks", promovido pela CNN Brasil.

O tema está em debate no Congresso, onde tem surgido outras alternativas ao projeto. Entre as sugestões em debate, o Partido Progressista (PP) propõe elevar em 5% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras com lucro acima de R\$ 1 bilhão. Outra ideia do partido é aumentar o limite da faixa de renda sujeita à tributação adicional, passando de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil.

Sobre essas propostas, o ministro ponderou: "Na

minha opinião altera [o intuito da proposta]. Porém, quero conhecer a proposta. Do nosso ponto de vista, chegamos a um desenho muito satisfatório".

O projeto da isenção do IR é considerado prioritário para o governo e foi uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O relator da proposta é o deputado Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara. Haddad declarou que o Ministério da Fazenda estará à disposição para contribuir tecnicamente com o texto.

"Não tive a oportunidade de sentar com o relator para conversar sobre isso. Não faltará apoio técnico da Fazenda para ele formar o maior juízo possível sobre esse projeto", afirmou.

Antes de ir ao plenário, a proposta será analisada por uma comissão especial. O presidente da Câmara, Arthur Lira, designou o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), vice-líder do governo na Casa, para presidir o colegiado. A compensação financeira para viabilizar a medida continua sendo o principal ponto de divergência entre governo e parlamentares.

Fonte: Brasil247